

Governo age em duas frentes

Brasília — As duas peças-chaves da negociação da dívida externa são, neste momento, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e o embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira. Funaro trata de angariar apoio político interno para a suspensão temporária do pagamento dos juros e Marcílio pede a compreensão do governo americano e dos bancos credores para a dupla dificuldade do governo brasileiro: a queda das reservas cambiais, na prática, e a existência de uma Assembléia Nacional Constituinte, como pano de fundo político.

Nos dois últimos dias, Funaro tem promovido rodadas de conversas com parlamentares do PMDB, em que o tom é sempre otimista e pontilhado pela constatação de que os juros da dívida não são "impagáveis" como "inco-bráveis". E Marcílio tem uma semana para mostrar no exterior que o Brasil não tem outra saída senão centralizar o câmbio, depositando os valores devidos em cruzados e não em moeda forte. Enquanto se desenrolam, paralelamente, as duas operações, o presidente José Sarney decidiu que não haverá anúncio oficial da forma brasileira de suspensão do pagamento dos juros.

Frente externa

Além de demonstrar, com dados e projeções, que as reservas cambiais brasileiras não são suficientes para pagar os juros — só no ano passado, eles consumiram 12 bilhões de dólares — Marcílio vai intensificar o discurso que, desde novembro, tem utilizado nas suas conversas com o governo e os bancos credores dos Estados Unidos: o país passa por um momento de transição e a Assembléia Nacional Constituinte é soberana para decidir se, por exemplo, vai levar o país a um capitalismo moderno ou, ao contrário, vai optar por novo regime e, em consequência, novos aliados.

Sarney tinha decidido anunciar, com uma reunião ministerial transmitida por cadeia de rádio e televisão, hoje, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Entretanto, acabou acertando com Marcílio o prazo de no máximo uma semana para que ele, segundo um ministro de estado, "prepare os espíritos" no exterior para essa medida. "O governo vai esgotar todas as possibilidades de uma saída negociada, pois está consciente dos graves efeitos de uma decisão unilateral", acrescentou esse ministro, dizendo que o ministério não foi convocado para hoje, mas está de "sobrevivo".

Marcílio, segundo uma fonte do Palácio do Planalto, também teve papel importante para "diminuir o tom" que Funaro vinha usando contra os bancos credores em suas entrevistas à imprensa e em discursos em jornais internacionais. Mais de uma vez, o ministro disse, publicamente, que o Brasil não ia pagar a dívida com o custo do seu desenvolvimento e a diminuição da qualidade de vida interna. Marcílio e Sarney, contudo, ponderaram que isto estava criando um clima de animosidade do sistema financeiro internacional contra o Brasil.

Funaro, assim, recuou do discurso duro, sob a alegação de que a negociação é a única forma viável de o Brasil suspender o pagamento de juros sem retaliações que podem comprometer a situação econômica e social, com reflexos na política interna.

Frente interna

Nas conversas com pemedebistas, Funaro tem tido um tom tranquilizador e esbanja

dados para garantir que a situação econômica atual não é tão ruim quanto parece. Exemplo: em 1979, as reservas cambiais estavam em 12 bilhões de dólares; em 1981, caíram para zero; em agosto de 1985 houve uma recuperação para 8 bilhões de dólares e, hoje, contando moedas e ouro, está no patamar intermediário de 4 bilhões de dólares. "Não há motivos para alarme", tem dito incansavelmente o ministro ao PMDB.

Na noite de quinta-feira, houve duas rodadas de conversas no Ministério da Fazenda. A primeira, com os senadores Severo Gomes (SP), Gérson Camata (ES) e José Richa (PR), mais os deputados Euclides Scalco (PR) e Fernando Gasparian (SP), girou especialmente sobre a questão da moratória ou outras formas mais amenas de suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Gasparian, inclusive, confessou que até aquela hora — cerca de 21h, quando terminaram as conversas — não sabia que Marcílio Marques Moreira estivera em Brasília.

Eles estavam de saída do gabinete de Funaro quando chegou um segundo grupo, capitaneado pelo líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), e integrado pelos também deputados João Herrmann Neto (SP), Ibsen Pinheiro (SP) e Miro Teixeira (RJ), todos do PMDB. Para esses, Funaro garantiu que a inflação de fevereiro não deverá ficar acima dos 16,8% registrados em janeiro e, portanto, será inferior às expectativas pessimistas que têm sido divulgadas. Admitiu, apenas, que os salários poderão sofrer perdas.

Disse, ainda, que o preço do barril de petróleo pulou de 6 para 18 dólares no mercado internacional e isso caracteriza um aumento das dificuldades externas e não, simplesmente, a deterioração da situação interna. Reconheceu, contudo, que a máquina do estado está "muito gorda", ressaltando: o déficit público de 1986, de 2,1%, "foi o menor dos últimos dez anos". Desse total, 40% são resultado da situação deficitária dos bancos estaduais e de "má gerência" dos estados e municípios, que contraíram pesadas dívidas.

Quanto à dívida externa, Funaro garantiu a esse segundo grupo de parlamentares que, em nenhum momento, a situação do déficit chegou a ser igual à dos regimes anteriores, que tinham endividamento crescente e promoviam o desenvolvimento do país via arrocho salarial.

— Pela primeira vez, o Brasil endureceu com os credores. A evidência disso é que o FMI não está mais monitorando a economia do país — declarou.

Apesar da tentativa de tranquilizar os parlamentares — com quem voltou a se reunir ontem à noite — quanto à situação econômica do país, Funaro não pediu apoio explícito à negociação com os credores internacionais. O líder do movimento na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que não participou de nenhum dos dois encontros, assegurou que o PMDB não recebeu qualquer confirmação de que o Brasil vai partir para a moratória ou outras formas de suspensão do pagamento dos juros da dívida.

João Herrmann Neto, contudo, recuou de sua disposição da semana passada, quando percorria os corredores do Congresso defendendo a troca do ministro da Fazenda. Ontem, ele elogiou a atuação de Funaro e explicou:

— Neste momento, quando tantos interesses estão sendo jogados para a soberania do país, todos temos a obrigação de respaldar a atuação do ministro da Fazenda.